



Relatório INSP-2019-0051 BI-2019-0012

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 26-03-2019

Hora: 10h00

Tipo: Ação direta

Inspetor responsável: Paulo Martinho Pires

Outros inspetores da IRA: Luís Machado

Outros técnicos de entidades oficiais:

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

No local foi contactada a responsável da direção de produção, a qual prestou os esclarecimentos solicitados e acompanhou a visita às instalações.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João de Melo Abreu, Lda

NIPC/NIF: 512003343

Sede/morada: Rua Roberto Ivens, n.º 10

Código Postal: 9500-239

Freguesia: Ponta Delgada (S. José)

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: São Miguel

Telefone: 296201660

e-mail: meloabreu@meloabreu.pt

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Fábrica de cervejas e refrigerantes

Endereço: Rua Roberto Ivens

Código Postal: 9500-239

Freguesia: Ponta Delgada (S. José)

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: São Miguel

Telefone: 296302300

e-mail:

Atividade: Fabricação de cervejas e refrigerantes

CAE: 11050 / 11072

Período de funcionamento: Das 8h00 às 17h00 (produção); 24 h/dia (vapor e frio)

Coordenadas DMS: 37°44'20.08"N; 25°40'27.29"O



2 – Descrição do estabelecimento / atividade

As instalações de fabrico da FCR João Melo Abreu situam-se na proximidade do centro histórico da cidade de Ponta Delgada, em dois edifícios da Avenida Roberto Ivens (em lados opostos da via). Num dos edifícios funcionam os serviços administrativos, áreas técnicas (vapor e frio) e algumas etapas do fabrico da cerveja – brassagem, fermentação e maturação. No outro edifício procede-se à filtração da cerveja e ao fabrico dos refrigerantes. É também neste último edifício que se encontram instaladas as linhas de enchimento dos diferentes tipos de vasilhame.

Os principais produtos fabricados no estabelecimento são os seguintes:

- Cerveja com álcool fornecida em barril e em garrafas de vidro;
- Cerveja preta doce fornecida em garrafas de vidro;
- Refrigerantes fornecidos em garrafas de vidro, plástico (PET) e tanquetas (barril para refrigerantes).

As principais matérias primas utilizadas são água, malte, *gritz* de milho, lúpulos, açúcar, concentrados e essências.

Do processo de fabrico de cerveja resultam como subprodutos restos da limpeza e moagem do cereal, a *dreche* da cerveja e dióxido de carbono. Os restos de cereal e a *dreche* são encaminhados para alimentação animal enquanto que o dióxido de carbono é utilizado na carbonatação dos refrigerantes.

3 – Água de consumo

3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública ☐ Captação própria em DPH ☐ Captação própria em RH particulares

3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	art. 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Constituição de uma garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental (captação sujeita a título de utilização).	n.º 1, art. 22.º DL 147/2008	Não aplicável	



4 – Águas residuais

4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	Instalações sanitárias	Sem tratamento	Coletor municipal
<input checked="" type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A	Indústria cervejeira	Sem tratamento	Coletor municipal
<input type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais			

Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

- ☐ Não produz lamas de depuração
- ☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:
- ☐ Operador de gestão de resíduos;
 - ☐ Valorização agrícola;
 - ☐ Outro: --;

4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	art. 14.º DLR 18/2009/A	Cumprido	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	?	Não aplicável	
g) Constituição de uma garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental (descargas em águas de superfície ou subterrâneas que requeiram licenciamento).	n.º 1, art. 22.º DL 147/2008	Não aplicável	
h) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art. 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art. 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
j) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art. 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	



5 – Resíduos

5.1 – Resíduos produzidos no estabelecimento

No quadro seguinte indicam-se os tipos de resíduos produzidos no estabelecimento bem como o encaminhamento adotado na respetiva gestão.

Tipologia de resíduos produzidos	Origem (operação/atividade)	Encaminhamento	Obs.
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos	Produção de vapor; manutenção de equipamentos.	Operadores de gestão de resíduos licenciados	
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	Atividades diversas	Operadores de gestão de resíduos licenciados	
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares			
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	Atividades diversas	Operadores de gestão de resíduos licenciados	

5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

Relativamente à produção e gestão de resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.	n.º 5, art. 11.º DLR 20/2011/A	Cumprido	
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor ou detentor.	Art. 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
c) Licenciamento ou concessão para realizar operações de gestão de resíduos.	n.º 3, art. 15.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
d) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos, quer no local de produção, quer em instalações de operação e gestão.	Art. 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
e) Cumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos.	Art. 36.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Elaboração, aprovação e disponibilização do plano interno de prevenção e gestão de resíduos.	Art. 38.º e 39.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
g) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos.	Art. 40.º a 44.º DLR 20/2011/A	Cumprido	
h) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares.	Art. 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
i) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição.	Art. 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
j) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art. 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
k) Inscrição do estabelecimento no SRIR.	Art. 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
m) Preenchimento dos mapas de registo no SRIR.	Art. 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Justificação
n) Adesão a um sistema de gestão integrado ou autorizado um sistema de gestão individual, relativamente a embalagens e resíduos de embalagem.	Art. 182.º e 183.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
o) Disponibilizada informação ao público nos locais de venda, sobre os métodos adotados para recolha dos resíduos de pneus, óleos minerais, veículos, EEE, pilhas e acumuladores e óleos alimentares.	Art. 19.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
p) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados.	Art. 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
q) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados.	Art. 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
r) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida.	Art. 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
s) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de REEE.	DL 67/2014	Não aplicável	
t) Cumprimento das normas de gestão e encaminhamento de óleos alimentares usados.	Art. 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	

6 – Substâncias perigosas

6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

O operador utiliza diversas substâncias perigosas na qualidade de utilizador a jusante, nomeadamente combustíveis, fluídos de refrigeração e produtos de limpeza/lavagem.

6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Justificação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art. 5.º REACH	Não aplicável	
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art. 14.º REACH	Não aplicável	
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Cumprido	
d) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Não aplicável	
e) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	
f) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Justificação
g) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Cumprido	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento
FF1 – Gerador de vapor	Pontual	Produção de eletricidade ou vapor	Recuperador de partículas (ciclone)

7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Justificação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Cumprido	Não foram detetadas falhas na exploração e manutenção do separador de partículas. O dimensionamento deste equipamento não foi avaliado.
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Cumprido	A última monitorização foi realizada em novembro de 2018. A primeira monitorização de 2019 estava agendada para o mês de abril.
d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Cumprido	
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Cumprido parcialmente	Na monitorização realizada em novembro de 2018 não foram cumpridos os VLE de partículas, óxidos de azoto e níquel.
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Cumprido	O operador consultou uma empresa externa para avaliar possíveis soluções para melhorar o cumprimento dos VLE. Na sequência desta avaliação iniciou um processo, a implementar durante o ano de 2019, para substituição da caldeira, separador de partículas e chaminé.
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Cumprido parcialmente	A chaminé possui apenas uma toma de amostragem.



7.2 – Utilização de gases fluorados

7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO ₂ *	Número de equipamento	Tipos de gases fluorados
TECO ₂ < 5	10	R134a, R410A, R407C
5 ≤ TECO ₂ < 50	3	R404A
50 ≤ TECO ₂ < 500	1	R404A
TECO ₂ ≥ 500	0	

* TECO₂ – toneladas equivalente de CO₂

7.2.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	n.º 3, art. 5.º Reg. CE 517/2014	Cumprido	
b) Verificação para deteção de fugas realizada por técnicos certificados.	Art. 9.º DL 56/2011	Cumprido	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Cumprido	
d) Rotulagem dos equipamentos contendo gases fluorados, colocados no mercado após entrada em vigor do Regulamento CE 517/2014.	Art. 7.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
e) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.	Art. 4.º DL 56/2011	Cumprido	Relativo ao ano civil de 2017. Quanto a 2018 ainda não tinha terminado o prazo.
f) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.	Art. 15.º e 16.º DL 56/2011	Não aplicável	

7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade ^{a)}	Limiar (t/ano) ^{a)}	Consumo de solventes (t/ano)

^{a)} Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

7.3.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Justificação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art. 96.º DL 127/2013	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Justificação
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art. 97.º DL 127/2013	Não aplicável	
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art. 99.º DL 127/2013	Não aplicável	
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art. 100.º DL 127/2013	Não aplicável	

7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

Carga de gás (kg)	Número de equipamento	Tipos de gases
Carga < 3	3	Clorodifluorometano (R22)
3 ≤ Carga < 30	0	
30 ≤ Carga < 300	0	
Carga ≥ 300	0	

7.4.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
b) Verificação para deteção de fugas realizada por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º DL 152/2005	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º DL 85/2014	Não aplicável	

8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Uso habitacional		Período diurno - 7h às 21h



8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental.	n.º 1 e 7 art. 25.º DLR 23/2010/A	a)	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art. 25.º DLR 23/2010/A	a)	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art. 25.º DLR 23/2010/A	a)	

- a) Não foi realizada qualquer avaliação acústica por parte do operador. Também não é conhecida nenhuma avaliação acústica realizada por entidades oficiais.

9 – Regimes específicos

9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Não aplicável	
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacte ambiental		Não aplicável	
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
f) Responsabilidade ambiental – constituição de garantia financeira válida (atividade abrangida pelo n.º 1 do anexo III do DL 147/2008)	Art.º 22.º DL 147/2008	Não aplicável	

9.2 – Roedores, invasores e comensais

Para efeitos do cumprimento do disposto no DLR n.º 31/2010/A, de 17 de novembro, tinha implementado um plano de prevenção e controlo de roedores, elaborado e executado por uma empresa externa com técnicos credenciados para o efeito.

9.3 – Doença do legionário

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Sim	Possuía duas torres de arrefecimento, uma no edifício de fabrico ^{a)} e outra no edifício de enchimento.
ii) Condensadores evaporativos	Não	
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não	
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não	
v) Humidificadores	Não	
b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não aplicável	
c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não aplicável	
d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não aplicável	

^{a)} Tinha em armazém novos equipamentos para substituir a torre de arrefecimento do edifício de fabrico.

Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Fundamentação
a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	Consultado o sítio na internet da DGS (www.dgs.pt) – último acesso 17-04-2019 – não estava ainda disponível informação sobre a entrada em funcionamento da plataforma eletrónica de registo; também ainda não tinha sido publicado o despacho previsto no n.º 1 do artigo 7.º da Lei. A inexistência desta informação e despacho compromete a eficácia das obrigações do operador, nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 52/2018.
b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	Situação de risco não classificada, nos termos previstos no artigo 9.º da Lei.
e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	Medida não aplicável à tipologia de equipamentos identificados.

10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram identificadas as seguintes irregularidades:

- Na campanha de monitorização das emissões atmosféricas realizada em outubro de 2018 verificou-se o incumprimento dos valores limite de emissão (VLE) estabelecidos no anexo V da Portaria n.º 95/2016, de 9 de setembro, relativamente aos parâmetros partículas, óxidos de azoto e níquel. O incumprimento dos valores limite de emissão constitui contraordenação ambiental grave nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 93.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho, punível com coima de €12 000 a €216 000, nos termos da alínea b), n.º 3, artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação atual;



- b) Na campanha de monitorização realizada em outubro de 2018 a velocidade de escoamento dos gases não cumpria o estipulado no n.º 3 do artigo 63.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho. O incumprimento das normas de descarga de poluentes para a atmosfera constitui contraordenação ambiental grave nos termos da alínea i) do n.º 2 do artigo 93.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho, punível com coima de €12 000 a €216 000, nos termos da alínea b), n.º 3, artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação atual.

11 – Indicações e medidas adotadas

Foram transmitidas as seguintes indicações:

- a) Considerando que possuía 1 equipamento de refrigeração fixo com R404A, com uma carga superior a 40 toneladas equivalentes de CO₂, e considerando que o potencial de aquecimento global do R404A é superior a 2500, deverá equacionar as medidas a adotar tendo em conta as restrições relativas à utilização deste gás fluorado a partir de 1 de janeiro de 2020, impostas pelo n.º 3 do artigo 13.º do Regulamento (UE) n.º 517/2014, de 16 de abril;
- b) Considerando que possuía equipamentos (torres de arrefecimento) abrangidos pela alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, e tendo em conta que a eficácia das obrigações estabelecidas no artigo 3.º depende da disponibilização de uma plataforma eletrónica de registo e da publicação de um despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da saúde e do ambiente, conforme consta das normas transitórias estabelecidas nos números 3, 4 e 5 do artigo 26.º daquela lei, aconselha-se que siga regulamente a evolução desta matéria, designadamente através da consulta do sítio na internet da Direção Geral de Saúde (<https://www.dgs.pt/saude-a-a-z.aspx?v=8e00381f-52ce-45fb-b5a0-35fe84fa926a#saude-de-a-a-z/legionella/apresentacao>).

Foram adotadas as seguintes medidas:

- c) Considerando que o operador preconizou como medidas corretivas dos incumprimentos em matéria de emissões atmosféricas a substituição de alguns equipamentos e infraestruturas (substituição da caldeira, dos equipamentos de despoluição e da chaminé), a concretizar durante 2019, deverá apresentar, **no prazo de 15 dias úteis**, um plano detalhado das medidas a implementar com a respetiva previsão temporal.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Ponta Delgada, 17 de abril de 2019

O Inspetor Superior Principal

(Paulo Martinho Pires)